

---

## *O medo francês*

*Ricardo Antonio Souza Mendes\**

---

**Resumo:** A documentação trocada entre a Secretaria de Estado para Assuntos Ultramarinos de Portugal e o Governo da Capitania da Bahia durante a década de 1790 indica a presença do que denomino “medo francês”. Este referia-se, em linhas gerais, ao receio por parte da Metrópole Portuguesa e seus representantes de que as possessões portuguesas, no caso específico a Capitania Geral da Bahia, estivessem ameaçadas, direta ou indiretamente, pela força militar e pelas idéias francesas. Esse “Medo Francês” apareceu com formas e intensidades diferenciadas e foi influenciado pela situação política que se desenrolava na Europa, bem como pelo impacto do “haitianismo”. Num determinado momento, o “medo francês” não mais estava vinculado apenas a aspectos externos. Ganhou independência e passou a articular-se com uma série de fatores internos à região colonial baiana.

**Palavras-chave:** Brasil Colônia, século XVIII, movimentos separatistas.

**Abstract:** The documentation exchange between the State Secretary for Overseas Subjects of Portugal and the Government of the Captainship of the Bahia during the decade of 1790 indicates the presence of what it is called “French fear”. This is referred, in general lines to the distrust on the part of the Portuguese Metropolis and its representatives of whom the Portuguese *possessions*, in the specific case the General Captainship of the Bahia, were threatened, direct or indirect, for the military force and the French ideas. This “French Fear” appeared with differentiated forms and intensities and was influenced by the political situation that was present in the Europe as well as for the impact of the “*haitianism*”. At a certain time in history, the “French fear” more was not only tied to the external aspects but it also gained independence and it started to articulate itself with a series of internal factors to the Bahian colonial region.

**Key words:** Brazil Colony, 18<sup>th</sup> century, movements for independence.

---

\* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *E-mail:* rasmric@ig.com.br

Em pesquisa realizada quando da elaboração de minha dissertação de mestrado entrei em contato com uma significativa documentação trocada entre os Secretários de Estado para Assuntos Ultramarinos de Portugal, Dom Martinho de Melo e Castro e Dom Rodrigo de Souza Coutinho, e o Governador-Geral da Capitania da Bahia Dom Fernando José de Portugal durante toda a década de 1790, que considero extremamente significativa. Identifiquei um aspecto que permeou essa correspondência e que acabei por denominar como “medo francês”. Referia-se, em linhas gerais, a um receio por parte da Metrópole Portuguesa e seus representantes de que, de alguma forma, suas possessões portuguesas na América Colonial, no caso específico a Capitania Geral da Bahia, estivessem ameaçadas, direta ou indiretamente, pela força militar e pelas idéias francesas.

Meu objetivo com esse artigo é o de apontar as modificações na forma de pensar a situação colonial por parte de um pequeno, mas significativo grupo, através de correspondências trocadas por aqueles que eram responsáveis pela manutenção da lei e da ordem portuguesas no Brasil Colônia. O contato direto com o pensamento anti-metropolitano existente nas colônias portuguesas na América em fins do século XVIII apresenta-se de difícil verificação por parte do pesquisador do período. Primeiro porque a principal forma de comunicação nessa região era a oral e direta.<sup>1</sup> Segundo porque devido à atividade desenvolvida ser considerada, naquele momento, como crime de lesa-majestade, gravíssimo e punido geralmente com a pena de morte, boa parte da documentação produzida pelos revoltosos foi destruída pelos próprios participantes das conjuras do período.<sup>2</sup>

Esse “medo francês” apareceu com formas e intensidades diferenciadas, e foi influenciado, em boa parte, mas não em sua totalidade, pela situação política que se desenrolava na Europa de então. Outro aspecto a colaborar para o grande receio da ameaça francesa foi a revolta de escravos na Ilha de São Domingos, iniciada ainda no ano de 1791. O impacto dessa revolta chegou rapidamente ao mundo colonial americano, gerando apreensões não somente nos domínios portugueses.<sup>3</sup>

Cabe atentar para o fato de que, num determinado momento, o “medo francês” não mais estava vinculado apenas a aspectos externos – Revolução Francesa e Haitianismo –, mas ganhou independência e passou a articular-se com uma série de fatores internos à região colonial baiana. Parafraseando uma importante historiadora do período colonial, pode-se afirmar que o pensamento iluminista estava “interiorizando-se”.<sup>4</sup> Esta

modificação será o centro deste trabalho. Porém cabe situá-la na cultura de fins do séc. XVIII de forma mais clara, não somente através da sua manifestação direta pelos próprios participantes dos movimentos separatistas, mas também através do estudo da modificação na forma de controle pela qual aqueles que eram responsáveis pela vigilância do pensar e agir colonial se manifestou.

O “medo francês” alterou-se em forma, conteúdo e intensidade, de acordo com o período abordado. O primeiro aspecto que será apontado refere-se ao medo de uma invasão francesa nas possessões portuguesas na América Colonial. A preocupação vai de 1792, momento em que era receado um possível rompimento de relações entre Portugal e França, até o fim do período que analisei, 1799.

O segundo aspecto refere-se ao medo de disseminação das idéias propagadas pelo ideário iluminista, tanto jacobinista quanto burguês, nas possessões portuguesas da América, mais especificamente na Bahia Colonial. Havia um receio por parte da metrópole de que o objetivo de disseminar as idéias revolucionárias fizesse parte dos planos franceses para enfraquecer a monarquia lusa, acabando por provocar uma tentativa de revolução. Esta preocupação esteve presente desde 1792 até 1797. Embora os dois primeiros aspectos deste “medo francês” sejam identificáveis na correspondência trocada entre Portugal e a Capitania da Bahia mais ou menos na mesma época, optei por abordá-los separadamente para melhor explicitar a diferença existente entre ambos, no que se refere ao assunto tratado.

O terceiro, último e principal aspecto do estudo sobre este “medo francês” refere-se a uma alteração das atenções por parte dos agentes da repressão metropolitana, no período compreendido entre 1796 e 1798. A perspectiva de que uma tentativa de revolução estivesse em andamento na Capitania Geral da Bahia, encaminhada por elementos “infectados” pelo pensamento revolucionário francês, acabou por deslocar, em parte, as outras preocupações para segundo plano.

### **O medo de invasão**

Toda uma documentação sobre o medo de uma invasão francesa nas colônias da América Portuguesa foi trocada entre a Secretaria de Assuntos Ultramarinos e o Governo-Geral da Bahia, entre 1792 e 1799. Uma série de recomendações partiu da Secretaria para o representante da metrópole na Capitania da Bahia, Dom Fernando José de Portugal.

Porém, que tipo de receio era este? Em que estava fundamentado? Quais as recomendações feitas para prevenir a Capitania deste possível ataque?

A partir de 1792, observa-se o início do processo de radicalização da Revolução Francesa. Nos anos de 1792 e 1793, as potências absolutistas européias assistiam estupefadas e à conspiravam contra a derrubada da Monarquia, o estabelecimento da República e a execução de Luís XVI. Além disto, em 1793, verifica-se o estabelecimento da fase jacobina da revolução, onde os Sans-Coulotes tentaram impor um governo marcado pelo aprofundamento de medidas que atendiam às reivindicações populares. Esta radicalização estimulou a efetivação de providências preventivas diante da possibilidade de uma tentativa de expansão por parte da França ou ainda da perspectiva de que o ideário revolucionário se propagasse. Para os detentores do poder colonial o quadro que apresentava-se era que

somente poderá restar àquela orgulhosa Nação é que convertendo as suas atrevidas forças de mar em corsários, fazendo uma guerra de Piratas poderão alguns particulares proprietários dos mesmos corsários ajustarem e convir na união de um certo número deles, guarnecendo-os de gente facinorosa, de que imunda a França, com a idéia de tentarem fortuna, e fazendo-as passar disfarçadamente a alguma de suas ilhas [...] dali fazerem uma irrupção em alguns dos nossos portos do Brasil.<sup>5</sup>

De uma expectativa de ataque passou-se à preocupação com sua concretização. Se nos primeiros anos analisados as autoridades portuguesas achavam que não havia “o menor meio de algum poder marítimo, que dos portos de França se expressa para o Brasil”, a não ser por ataques de corsários, como citado anteriormente<sup>6</sup> essa percepção progressivamente modificou-se. Segundo uma das cartas, todos os príncipes da Europa vigiavam contra a França, tomando suas providências para evitar qualquer ataque-surpresa. Em suas possessões coloniais o perigo ganhava concretude em vista dos “diversos pequenos desembarques que os franceses tentaram sobre as costas”.<sup>7</sup> Uma dessas tentativas ocorreu na costa do Espírito Santo (na época parte da Capitania da Bahia) e outro ocorreu na costa de Porto Seguro, mais especificamente em Santa Cruz de Cabralia, onde “desembarcaram em três Lanchoes, para cima de cem homens, que foram repelidos pelos habitantes daquela freguesia”.<sup>8</sup>

Entre 1797 e 1798 as recomendações aumentaram. Era certo que não havia uma declaração de guerra entre as duas nações. Porém, esta

era uma questão meramente formal já que “só a França nos faz a guerra sem nunca declarar”.<sup>9</sup> A Capitania Geral da Bahia, tal como a do Rio de Janeiro, eram aquelas às quais mais se recomendava atenção. Isto por ser a Bahia e o Rio de Janeiro os centros de defesa das possessões portuguesas na América.

Nesse período várias foram as correspondências trocadas entre as duas partes onde Dom Rodrigo pede cuidado com a defesa da capitania e das frotas que daqui saíssem. Segundo a Coroa portuguesa, devia-se tomar cuidado em dois aspectos diferenciados. O primeiro deles referia-se ao cuidado contra saques e invasões da costa baiana. Neste sentido, era recomendado que

se alguma potência mandar contra esta parte dos meus domínios forças maiores e que consigam fazer alguém desembarcar, recomendo-vos que concentreis logo as vossas forças daquele lado que a todo custo lhe corteis os viveres e comunicações com o interior, e que reunidas depois todas as forças procureis tomar razão das forças dos invasores, e reduzi-los a que deponham as armas.<sup>10</sup>

O medo já estaria até mesmo difundindo-se entre o conjunto da população, como atesta a carta de um jovem identificado apenas por Pedro, na qual ele descreve a notícia que corria pela cidade de Salvador, de que haveria saído da Guiana Francesa uma esquadra composta por uma fragata e onze navios franceses, com o intento de saquear a costa, de Pernambuco ao Rio de Janeiro. Providências, segundo Pedro, estavam sendo tomadas para deter a dita esquadra.<sup>11</sup> Não encontrei nada que respaldasse tal correspondência, datada de 1797, nos arquivos verificados, o que nos levou a concluir que tal notícia era fruto de uma expectativa gerada em parte pelos preparativos realizados contra qualquer possibilidade de invasão, bem como pelas próprias tentativas ocorridas ao sul de Salvador.

Contudo, o receio não era apenas com relação a uma invasão. O confronto marítimo de forma indireta entre as duas potências era esperado também através de ataques corsários. Havia, portanto, uma preocupação simultânea com relação às frotas que saíam e chegavam de Salvador. Ataques franceses foram realizados aos navios portugueses durante o período em questão. Isto por ser considerado, até mesmo pelos portugueses, “muito fácil qualquer embarcação daquela Nação abordar algum navio Português”.<sup>12</sup> Dessa forma o motivo para este “medo” era justamente a consciência das autoridades da fragilidade militar, diante

da potencialidade francesa que aumentou após a aliança estabelecida com a Espanha. Passou-se a recomendar, então, que os navios estivessem sempre “devidamente escoltados, armados e em comboio”.<sup>13</sup>

### O medo do contágio

Concomitantemente à preocupação com relação a invasões e saques na costa baiana, e também, a choques e confrontos marítimos entre Portugal e sua inimiga não-declarada, a França, existia algo que era considerado muito mais perigoso. Parte significativa da documentação mapeada versava sobre a ampliação do sentido da ameaça francesa: as idéias que se disseminavam juntamente com as notícias sobre a revolução em andamento naquele país. Para o governo português, tão ou mais danoso ao bom andamento do seu governo nas colônias da América Portuguesa do que as tentativas de confronto direto era a disseminação das “pérfidas máximas”, que pregavam uma total inversão da hierarquia e ordenação do mundo e disseminavam, segundo afirmavam, uma violência desmedida:

Com a propagação destes abomináveis princípios, atearam os mesmos clubes nas Colônias francesas o jogo da Revolta, e de insurreição, fazendo levantar os Escravos contra os seus Senhores e excitando-se na parte francesa da Ilha de São Domingos uma guerra civil entre uns e outros, em que se cometeram as mais atrosas crueldades que jamais se praticaram, nem ainda entre as nações mais bárbaras e ferozes.<sup>14</sup>

No geral, a correspondência versava sobre três aspectos diferenciados, no que se refere à prevenção da disseminação das máximas francesas. Em primeiro lugar evitar ou tentar desestimular as arribadas de navios franceses, realizando numerosas vistorias nos mesmos. Segundo, uma vez constatada a necessidade de aportar, não permitir o contato entre franceses e colonos, desestimulando o desembarque. Por último, porém como aspecto principal, apresentava o esclarecimento dos motivos pelos quais deveriam ser tomadas as providências acima: eliminar o perigo de propagação das idéias francesas.

Em sucessivas cartas o Governador da Bahia buscava afirmar a sua extrema vigilância com relação às orientações metropolitanas, afirmando que somente permitiriam a “arribada justificada” por uma “urgente

necessidade”, que devido às “últimas e apertadas recomendações” eram cercadas de “diligências” orientadas pela correspondência real, cercadas de “cautelos” e enfastiando os visitantes com “visitas rigorosas” servidas com a maior “severidade possível”. Era assim o *menu* de recepção com que se pretendia desestimular as arribadas francesas nos portos da Bahia. Uma vez evitando-as acreditavam as autoridades coloniais que eliminariam a possibilidade de contrabando, principalmente de livros e notícias sobre a França, e o contato entre franceses e colonos.

A toda chegada de um navio francês as ordens metropolitanas eram rigorosamente seguidas, a julgar pelas cartas que eram mandadas pelo governador da capitania para a Secretaria de Assuntos Ultramarinos. Quanto mais distantes ficassem os navios franceses da costa da América Portuguesa, tanto melhor. A possibilidade da entrada de livros “perniciosos” insuflando as mentes coloniais também era algo que deixava temerosas as autoridades. Era recomendado, inclusive, um cuidado extra com os navios vindos da África, especialmente aqueles provenientes da Guiné, devido ao conhecido procedimento de contrabandear-los para a Colônia Portuguesa por esta rota. Neste sentido, o receio era de que idéias francesas chegassem na Capitania da Bahia através de dois modos: o primeiro através do contato físico, e o segundo através de livros e comunicações sobre o estado de coisas na Europa.

Uma vez que somente uma pequena parcela da população sabia escrever, e isto era do conhecimento das autoridades coloniais, a determinação para que se tomassem precauções com a chegada de livros franceses reflete um receio de que também parcelas da elite colonial baiana, que detinha o conhecimento da escrita, fosse “contagiado”.

Por outro lado, uma vez que a grande maioria da população colonial utilizava-se das “mais diversas formas de transmissão direta de estados mentais e emocionais – conversas, relatos verbais, cantos, mexericos, gestos, símbolos óticos, etc.” – ao nível do alcance dos sentidos dos destinatários das mensagens, as preocupações das autoridades portuguesas tinham seu fundamento e não eram exageradas. (MATTO, 1974, p. 37). Tinha que ser eliminada a possibilidade de contato entre franceses e habitantes coloniais.

Neste sentido, a primeira providência a ser tomada era redobrar os cuidados e a vigilância sobre a necessidade de arribada por parte dos navios franceses. Somente aqueles que tivessem uma urgente necessidade é que poderiam aportar. Uma vez que não fosse possível evitar a arribada dos navios, outras medidas eram postas em prática. A primeira delas era

verificar a veracidade dos motivos que obrigavam a esta arribada. Somente aos navios que estavam danificados esta era permitida. Uma rigorosa e minuciosa visita era organizada pelas autoridades. Nem mesmo após certificarem-se da justeza dos motivos da requisição para aportarem na costa baiana, as medidas de controle eram afrouxadas. Constatados os motivos, uma série de restrições eram impostas.

Uma vez necessários, os mecanismos de acompanhamento e vigilância dos “hóspedes”, como citado acima, era ativado. Normalmente somente o capitão e um ajudante-de-ordens podiam desembarcar e as solicitações de qualquer necessidade por parte da tripulação da embarcação deveria ser feita diretamente ao governador, como descrito no documento abaixo:

Constando-me pelo Auto de Diligência que com este será presente a Va. Exa. que o referido Navio buscara este porto obrigado da urgente necessidade [...] praticando as cautelas que julguei conveniente para embaraçar toda e qualquer comunicação entre os habitantes deste Pais e a tripulação deste navio, ordenando que unicamente viessem a terra o Capitão e proprietário acompanhados de um oficial inferior, ou para me fazerem qualquer representação.<sup>15</sup>

Se não houvesse alternativa ao desembarque da tripulação inteira, providenciava-se que esta ficasse alojada num local de fácil controle. Desta forma tentavam tornar impossível o contato físico direto entre franceses e colonos. Num determinado momento foi oferecido até mesmo um quartel para a tripulação de um navio aportado em Salvador:

[...] as últimas e apertadas recomendações de Sua Majestade participado a este governo por Va. Exa. em Ofício de 21 de fevereiro do ano passado sobre os Navios desta Nação que arribassem aos portos da América, me obrigou a usar com ele de todas as cautelas que julguei necessárias sem contudo faltar a todo e qualquer gênero de hospitalidade compatível com as reais ordens [...] e até entregandose-lhe as chaves de um quartel de sua Majestade dentro da Ribeira para os habitar com seus oficiais, poupando deste modo as despesas que indispensavelmente fariam com aluguel e casas e armazéns.<sup>16</sup>

O quartel foi oferecido não por uma simples gentileza ou cordialidade entre nações, nem mesmo por uma questão de poupar o

Estado português de despesas, mas sim para facilitar o controle efetuado por parte das autoridades coloniais. Tanto que para o comandante do navio, havia sido designada uma escolta de “oficiais inferiores” para acompanhá-lo pelas andanças na cidade. Este acompanhamento era realizado de forma tão ostensiva, no caso assinalado acima, que o próprio comandante francês fez uma representação reclamando da humilhação e constrangimento a que estava sendo submetido. Porém, este era o último recurso utilizado, no caso das autoridades coloniais não conseguirem evitar o desembarque de franceses.

Resumidamente, pode-se afirmar que, como providências tomadas com o intuito de evitar a divulgação do ideário francês na Capitania da Bahia tomaram-se as seguintes atitudes: em primeiro lugar tentar evitar de todas as formas durante este período que navios franceses aportassem na costa baiana. Devido ao sistema de monopólio comercial existente entre Metrópole e Colônia sempre existiu um controle para que fosse evitado o contrabando. Porém, após 1792, o caráter deste controle modificou-se. O próprio governador da Bahia reconhece a diferença de tratamento entre navios e tripulações de origem espanhola e os de origem francesa. Ambos os secretários de Assuntos Ultramarinos, Dom Francisco de Melo e Castro e Dom Rodrigo de Souza Coutinho, entendiam que para evitar-se a disseminação destas idéias era necessário não permitir que houvesse a possibilidade de contrabando de livros e notícias sobre o estado de coisas na Europa. Além disto, procurou-se com estas medidas eliminar a possibilidade de contato físico entre franceses e a população da Bahia. Não somente temia-se a disseminação destas idéias entre os letrados da sociedade colonial baiana, mas principalmente a sua disseminação entre a população mais pobre e os escravos. O levante na Ilha de São Domingos era algo contemporâneo e assustava em muito.

Aparentemente, a Coroa portuguesa estava muito ciente do perigo que este contato poderia ocasionar aos colonos. Porém, mais uma vez estas medidas utilizadas tinham um caráter preventivo, realizadas muito mais por uma situação que se desenrolava na Europa que por uma possibilidade de estar a Colônia em uma situação de subversão da ordem. Estas idéias eram temidas muito mais por serem de caráter anti-absolutista do que anti-colonialista, como observei em um trecho de uma carta na qual comentava que estas idéias iam de encontro à hierarquia do Estado e da Religião, o que denotava o caráter europocêntrico das medidas.

Parece que, a princípio, os representantes da repressão metropolitana, tanto na colônia, quanto os que se localizavam na metrópole, estavam plenamente seguros do controle cultural realizado até então na população colonial da Bahia de fins de 1700.<sup>17</sup> Para eles, bastaria evitar o contato com os estrangeiros “contagiados pelas pérfidas idéias francesas”, que se eliminaria o risco de disseminação das mesmas. Uma carta de fevereiro de 1792, enviada por Dom Martinho de Melo e Castro, e a que parece ser uma resposta por parte de Dom Fernando J. de Portugal, de junho do mesmo ano, são uma demonstração clara desta proposição. Ao permitir a parada em portos baianos de dois navios franceses que estavam à procura das Fragatas Bússula e Astrolábio, D. Martinho reforça junto ao Governador:

para se tomarem todas as prudentes cautelas na sobredita expedição e perverso intento com que os clubes estabelecidos em França, (que) procurarão propagar os abomináveis, e destrutivos princípios de Liberdade, e de igualdade com que tem iludido o espírito do povo, para o alienar da devida sujeição, e obediências ao seu legítimo soberano e para efetuarem por este meio a fatal Revolução, que destruindo as bases fundamentais sobre as quais se conservava florescente depois de tantos séculos a Monarquia Francesa, converter o melhor dos governos em uma horrorosa Anarquia. [...] Com igual perversidade vem procedendo os mesmos clubs, não sem grande suspeita da cooperação da parte da Assembléia Nacional, estender este destrutivo incêndio pelos Estados da Europa, servindo para espalhar a semente da insurreição entre os vassallos dos seus respectivos soberanos, já de Emissários pagos [...] já de escritos sediciosos e incendiários, conseguindo por estas abomináveis maquinações o alterar em alguns deles a tranqüilidade de que gozavam os povos debaixo do sábio, e paternal governo dos seus naturais e legítimos Imperantes como aconteceu [em diversos lugares da Europa].<sup>18</sup>

A idéia apresenta-se reafirmada na carta-resposta do Governo-Geral da Bahia:

Fica este governo na inteligência das medidas e cautelas que deve tomar com os navios franceses, que procurarem os Portos desta Capitania, participados em carta de 21 de fevereiro passado, especialmente com o navio La Diligente [...] que se faz mais suspeito, pelas razões expostas no officio do nosso embaixador

em Paris de que se me remeteu cópia, fico igualmente de acordo do que devo praticar com os dois navios que se armavam [...] que até agora não tem entrado neste Porto, podendo entretanto segurar a Va. Exa. que os vassallos desta Capitania vivem em paz e tranqüilidade, e debaixo da mais sincera, e verdadeira fidelidade, e cega obediência as Ordens e Determinações de Sua Majestade, sem que se achem nem levemente infeccionados com as perniciosas e erradas máximas seguidas e espalhadas pela Nação Francesa.<sup>19</sup>

As cartas acima assinalam que a população vivia numa idílica situação, gozando da “tranqüilidade” e “sincera e verdadeira felicidade” que poderiam gozar os povos “debaixo do sábio e paternal governo”. Essa situação, afirmavam, somente poderia ser alterada por ações externas, como ocorria com a Grã-Bretanha, tal como assinalado a seguir: “Não satisfeita com este abominável regicídio... tem feito os possíveis esforços para introduzir as outras Nações, propagando nelas as suas traidoras e horrorosas doutrinas, como ultimamente se descobriu na Grande Bretanha”.<sup>20</sup>

Apesar das justificativas para as medidas estarem presentes tanto na documentação encaminhada por Dom Martinho, ministro da Secretaria até 1794, quanto por Dom Rodrigo, estas apresentavam-se mais recorrentemente no primeiro. Dom Martinho parecia mais preocupado em alertar para os motivos das proibições, do que seu sucessor, que deu uma ênfase maior nas medidas de proteção do que nas justificativas.

Uma vez que o conflito existente entre Portugal e França não era uma declaração de guerra formal, a metrópole portuguesa não poderia negar que seus portos fossem utilizados por navios franceses danificados, mesmo com o argumento do monopólio comercial, ou seja, de evitar o contrabando por parte dos mesmos. Portugal estava atenta aos acontecimentos de seu continente, e percebia que, até mesmo a Inglaterra, monarquia parlamentar, estava sendo abalada com a disseminação das idéias de liberdade e igualdade.<sup>21</sup> Outros países também teriam sido “contagiados pela agitação francesa, alterando” a “tranqüilidade de que gozavam os povos debaixo do sábio e paternal governo dos seus naturais e legítimos Imperantes”.

No geral, era a hierarquia não somente política, mas também social e religiosa, ou seja, o próprio Antigo Regime que estava sendo colocado em jogo. Era por este motivo que, na resposta de Dom Fernando, este se preocupou em afirmar que o povo vivia na “mais sincera e verdadeira

fidelidade, e cega obediência as ordens e determinações” reais, numa clara alusão de que, sendo assim, as idéias francesas não poderiam ter “contagiado” naquele momento o povo baiano. Além disto, outra preocupação de relevância era com relação à massa de escravos presente não somente na Capitania da Bahia, mas em toda a América Portuguesa. Temia-se que acontecesse aqui tal como o acontecido em São Domingos, possessão francesa, onde foi “ateado o fogo da revolta e insurreição, fazendo levantar os escravos contra seus senhores”.

São, portanto, os acontecimentos exteriores, tanto na América quanto na Europa, que nortearam, segundo nosso entendimento, as medidas de controle tomadas por parte da metrópole até este momento.

### O corpo contaminado

Por volta de 1796 as coisas começaram a mudar de enfoque. Alguns sinais já demonstravam que as preocupações portuguesas e de seus representantes coloniais não estavam ocorrendo sem motivo. Apesar de direcionadas basicamente para a situação européia, alguns sintomas de que nas colônias nem todos os súditos estavam tão submissos e dispostos a seguir as ordens metropolitanas já apareciam. Como no período anterior, e de forma interessante, novamente este problema foi encarado basicamente como um problema médico. Antes buscava-se eliminar a presença do “vírus francês” tentando-se evitar a infecção das idéias, das quais os franceses eram os principais portadores, nos “corpos” dos habitantes da Capitania da Bahia. Portanto, neste momento, os procedimentos seriam os de eliminar os corpos doentes do seio da sociedade colonial baiana.

Um desses sinais de contestação aparece através da delação do Arcebispo da Diocese de Salvador, fazendo com que um missionário capuchinho fosse chamado a interrogatório por questionar a escravidão, e desta forma, questionar a base da hierarquia social e da exploração econômica colonial por parte da metrópole.

O Arcebispo desta diocese levado daquela vigilância que sempre mostra esse atalhar qualquer doutrina em Matéria Espiritual que possa perturbar a tranqüilidade e socego desta Capitania, ou opor-se as Leis e Ordens me fez saber que o Padre Francisco Jose de Bolonha missionário Capuchinho Italiano tivera o desacordo e indiscrição de seguir uma opinião a respeito da escravidão, a qual se

se propagasse, e abraçasse, inquietaria certamente as consciências dos habitantes desta cidade, e traria consigo para o futuro conseqüências funestas a conservação e subsistência desta Colônia. Examinada a origem desta opinião, que este padre por tanto tempo não seguira, se veio no conhecimento de que algumas práticas, que tivera com os padres Italianos da Missão de Goa transportados na Nau Belém surta neste Porto, e hospedados no Hospício da Palma, deram causa a que este religiosos se capacitasse desta Doutrina, não tanto por malícia e dolo, como por falta de maiores talentos, e conhecimentos Teológicos, e em razão de uma consciência extremamente escrupulosa.

Para que uma Doutrina tão perniciosa não se espalhasse, o Arcebispo imediatamente o mandou suspender de confessar, rogando-me o remetesse neste navio que segue viagem, e que o Mestre o não deixasse saltar para a terra, sem ordem positiva de Va. Exa.... julguei conveniente chamar a minha presença o Reitor dos referidos Missionários de Goa.<sup>22</sup>

Na carta acima, o missionário faz uma diferenciação entre escravidão legítima e ilegítima. A primeira seria resultado de uma guerra justa, ou seja, de uma guerra respaldada pela conquista de um território necessário para a sobrevivência de um povo ou da defesa de seu próprio território. A escravidão ilegítima seria conseqüência do aprisionamento de pessoas com o único intuito de escravizá-las, ou ainda do furto de escravos. Uma vez que o tráfico que abastecia a colônia era realizado basicamente através da escravidão ilegítima, o que o missionário Capuchinho estava sutilmente questionando era o próprio sistema escravista colonial. O recurso em que se baseava o missionário tornava-se apenas uma tentativa de dissimulação. Bem observou o Governador, quando argumentou que, ao contestar determinada forma de escravidão, o Padre Francisco José de Bolonha estava contestando o poder Real, uma vez que era esta autoridade que dispunha sobre a legislação e legalidade da mesma.

Alguns fatos ocorridos na Capitania da Bahia apontam para o aumento significativo da contestação a ordem. Isto não apenas entre uma parcela da elite colonial, mas por quase todos os grupos que compunham a sociedade baiana da época. Como exemplos pode-se citar um banquete de carne que foi oferecido durante a Semana Santa de 1797, motivo de uma denúncia anônima, que contestava claramente o poder religioso, intimamente ligado ao poder real, em que participaram oficiais militares, lavradores, intelectuais, dentre outros. (AMARAL,

1931).<sup>23</sup> Várias foram as manifestações anti-religiosas, tais como a atitude de João Antonio, cabo de esquadra, ao não se descobrir quando da passagem de uma procissão. (AFONSO, 1995, p. 42ss). E a atitude de Cipriano Barata, cirurgião e participante do movimento, na qual interrompeu a pregação de um frade para falar contra a religião.

Ataques mais diretos contra a autoridade do rei apresentam-se em 1796, quando o governador-geral da Capitania da Bahia prendeu e confinou nas Minas de Jacobina dois rapazes que, tendo chegado de Lisboa foram recebidos no cais da Ribeira com vivas à liberdade (idem), um dos lemas básicos da Revolução Francesa. Em 1797, no Sábado de Aleluia, o povo arrancou das mãos dos escravos do general-comandante a carne que lhe era destinada, distribuindo-a com as negras vendeiras de carne moqueada. Em 1798, ano em que ocorreu a tentativa de eclodir o movimento, amanheceu queimada a forca, símbolo da autoridade e da repressão monárquica, sem que mais tarde fossem descobertos seus autores. (Idem, ibidem).

Observa-se ainda a presença de levantes que ocorreram em Rio das Contas e Jacobina chefiados pelo Padre Felipe Pinto, consequência também da crise econômica que se abatia pelas minas da região. A reação por parte do poder metropolitano está presente na troca de correspondências entre a Secretaria de Estado para Assuntos Ultramarinos e o Governador D. Fernando José de Portugal:

Sua Majestade manda remeter a Va. Sa. a inclusa denuncia de várias pessoas que parecem infectadas de princípios jacobinos, e Ordena a Mesma Senhora que Va. Sa. tomando todo o conhecimento do fato, e achando ser verdadeiro proceda contra elas com a maior severidade e sobre esse objeto manda sua Majestade recomendar a Va. Sa. o mais zeloso cuidado e a maior energia, a fim que tais princípios se não propagam e se atalhem antes que necessitem castigos mais severos. Deus Guarde Va.Sa.<sup>24</sup>

A constatação de D. Rodrigo é a de que, uma vez que o contágio das idéias francesas em uma pequena parcela da população colonial havia ocorrido, importava agora tentar evitar que a “doença” se disseminasse. Isto com a “maior severidade possível”, para servir de exemplo e evitar que medidas mais drásticas tivessem que ser tomadas. Dom Fernando, no entanto, responde a Dom Rodrigo nos seguintes termos:

Com carta de dois de março passado me remete Va.Sa. uma denuncia de várias pessoas que parecem infectas de princípios Jacobinos ordenando-me Sua Majestade que tomando conhecimento do fato, e achando verdadeiro proceda contra elas com a maior severidade. Ainda que não houvesse recomendação de Va. Sa. nesta matéria tão delicada e melindrosa, estou bem persuadido que Va.Sa. se capacitaria que sendo eu sabedor que semelhante doutrinas perniciosas se espalhavam nesta capitania, daria as providências necessárias para as atalhar, mas é certo, que me não tem sido constantes aqueles fatos que em confuso se apontam na denuncia, sem se declararem nomes das pessoas que os obraram.

Não duvido que supostas as circunstâncias do século e lição dos papéis públicos, como por exemplo, correios da Europa, Gazetas Inglesas, que não são proibidos, e outros que excitam a curiosidade, em que se descrevem os sucessos do mundo, com reflexões bastantemente leves, haja como aconteceu em toda parte uma ou outra pessoa, especialmente entre a mocidade menos cordata, e leve de entendimento que discorda com mais alguma liberdade, ou leveza sobre os mesmos acontecimentos da Europa, mas nem por isso se tem aqui introduzido princípios jacobinos, nem espécies de sociedades ou ajuntamentos perniciosos, podendo assegurar a Va. Exa. que por cautela tenho chamado algumas vezes a minha presença um ou outro mancebo, só por me dizer as que pensam com mais liberdade ou com menos instrução nos verdadeiros princípios da religião, prevenindo-os, e repreendendo-os asperamente contentando-me com semelhante providência, enquanto o caso não pede outra maior, pelo desejo que tenho de não dar corpo para me explicar assim as coisas, enquanto elas não o merecem, de que não deixa de resultar as vezes péssimas consequências.<sup>25</sup>

### Considerações finais

Algumas considerações podem ser apontadas. A primeira é a de que o governador da Bahia afirma que se estas idéias disseminaram-se pelas colônias não havia sido por falta de diligência do mesmo. Todos os procedimentos orientados pela Secretaria do Ultramar foram rigorosamente obedecidos, com o maior zelo e presteza de sua parte. Isto reforça nossa constatação sobre a preocupação e o medo português de que as idéias francesas atingissem a Colônia. Porém, uma vez que estas haviam chegado, não era sua culpa. Para ele, com todo controle exercido pela metrópole e seus prepostos coloniais, não haveria

possibilidade de evitar que notícias sobre as transformações pelas quais passava a Europa chegassem constantemente através de periódicos europeus e ingleses, conforme as “circunstâncias do século e lição dos papéis públicos”. Até mesmo algumas das idéias revolucionárias, chegando sob a forma de “reflexões bastante leves”. Ou seja, apesar de todo um emaranhado de procedimentos com o intuito de evitar o “contágio francês”, este, segundo o Governador, havia chegado até as colônias e por descuido da Censura Portuguesa ao não proibir a circulação desses periódicos. Neste momento, vemos Dom Rodrigo passar a responsabilidade pela chegada destas idéias na Colônia, para os órgãos de controle portugueses.

No entanto, não entendemos se por excessiva confiança do Governador ou se devido às denúncias envolverem pessoas ligadas de certa forma ao seu círculo de amizades, este achava que o contágio até aquele momento não significava uma ameaça ao poder estabelecido. Percebia-se, contudo, que algo na colônia baiana estava se modificando. Na opinião do delator era a presença de elementos contestadores de toda ordem estabelecida, fosse ela religiosa, política ou econômica. Na da Coroa portuguesa, era o perigo de uma revolução que poderia estar em andamento. Já na opinião do Governador da Capitania, eram simplesmente contestações que poderiam ser absorvidas pelo sistema dominante.

Já não existia mais apenas uma preocupação por parte da Coroa portuguesa com relação à influência que os assuntos e a situação européia poderiam causar nas colônias, mas sim a efetiva modificação de uma forma de pensar e estar nas colônias por parte de um grupo de colonos que se situavam na Capitania da Bahia em fins de 1790. Estava em andamento os preparativos para a eclosão de um movimento abortado por denúncias feitas por alguns de seus participantes. Um movimento que pretendia transformar as estruturas da sociedade baiana, através das propostas de fim da escravidão, livre-acesso a postos e cargos públicos e fim dos laços coloniais. Estava em andamento a Conjuração Baiana.

## Notas

---

<sup>1</sup> Segundo Florisvaldo Mattos “com exceção dos reduzidos grupos que tinham acesso aos veículos de cultura”, o sistema de comunicação “se fundava no intercâmbio de estados mentais e emocionais, por meios basicamente orais”. Citado em MATTOS, Florisvaldo. *A comunicação social na Revolução dos Alfiates*. Salvador: Estudos Baianos (n. 9) – Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Publicações, 1974, p. 26.

<sup>2</sup> Afirma Thompson que “é desnecessário dizer que sempre haverá muitas coisas obscuras acerca de grupos engajados em atividades ilegais que tiveram o cuidado de deixar poucos traços registrado”. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987. p. 177.

<sup>3</sup> O medo do haitianismo, denominação pela qual a revolta de escravos ficou conhecida no mundo colonial americano, afetou profundamente as elites coloniais. Abordando a América hispânica, John Linch afirma que essa revolta representou “um exemplo e uma advertência” para a classe governante colonial. LINCH, John. As origens da Independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 2001. p. 69.

<sup>4</sup> Em trabalho intitulado A interiorização da Metrópole (1808-1853), Maria Odila Silva Dias aponta que os interesses metropolitanos encontraram uma dinâmica diferente, “interiorizando-se” e encontrando raízes na região colonial após a transmigração da corte portuguesa para o Brasil. Utilizo o termo para apontar que, num sentido semelhante, as idéias francesas, ou melhor, as idéias iluministas,

encontraram um novo sentido, incorporando-se à realidade brasileira. Logicamente reconheço os limites dessa propagação na medida em que se deu em espaços restritos, mais especificamente e de forma privilegiada dentre determinados setores da população urbana colonial.

<sup>5</sup> Biblioteca Nacional (BN), Seção de Manuscritos, II – 33, 32, 52. Ofício do Secretário de Assuntos Ultramarinos D. Martinho de Melo e Castro a D. Fernando José de Portugal sobre providências contra possíveis invasões de franceses, visto um possível rompimento de relações, 10.03.1793.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> BN, Seção de Manuscritos, II – 33, 29, 61, folha 359, de 28.11.1797.

<sup>8</sup> BN, Seção de Manuscritos, II – 33, 29, 3. Provisão régia dirigida ao Governador-Geral da Bahia em consulta ao Conselho Ultramarino comentando os ataques desferidos contra as possessões portuguesas na América.

<sup>9</sup> BN, Seção de Manuscritos, II – 33, 29, 61 – fl. 320. Correspondência de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Fernando José de Portugal sobre as medidas preventivas contra a França.

<sup>10</sup> BN, Seção de Manuscritos, II – 33, 29, 61 – fl. 120. Sobre precauções a serem utilizadas contra navios estrangeiros, 07.11.1797.

<sup>11</sup> BN, Seção de Manuscritos, II – 34, 4, 220. Carta de jovem identificado por Pedro endereçada a sua mãe, datada de 12.04.1797.

<sup>12</sup> BN, Seção de Manuscritos, 1, 4, 8 – fls. 320. Cartas e correspondências.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> BN, Seção de Manuscritos, II – 33, 29, 29. Ofício de Martinho de Melo e Castro a D. Fernando José de Portugal, recomendando providências a serem tomadas contra a propagação de idéias francesas, 21.02.1792.

<sup>15</sup> BN, Seção de Manuscritos, I – 1, 4, 11 – fls. 41 a 44. Carta de D. Fernando José de Portugal a D. Martinho de Melo e Castro sobre a arribada do navio Constance Adela, de origem francesa, 23.08.1792.

<sup>16</sup> BN, Seção de Manuscritos, I – 1, 4, 11. Carta de Dom Fernando José de Portugal a Dom Martinho de Melo e Castro de 02.06.1792.

<sup>17</sup> Florisvaldo Mattos em seu trabalho intitulado *Comunicação social da Bahia* desta época, nos atesta sobre os mecanismos que eram engendrados para tal controle. (Op. cit., p. 21).

<sup>18</sup> BN, Seção de Manuscritos, II – 33, 29, 29, op. cit.

<sup>19</sup> BN, Seção de Manuscritos, I – 1, 4, 11 – fl. 32. Carta de Dom Fernando José de Portugal a D. Martinho de Melo e Castro, sobre a cautela com relação a arribada de navios franceses – 02.06.1792.

<sup>20</sup> BN, Seção de Manuscritos, II – 33, 32, 52. Ofício de Dom Martinho de M. e Castro a D. Fernando José de Portugal sobre providências contra possíveis invasões de franceses, visto um possível rompimento de relações.

<sup>21</sup> Como afirma Thompson, a década de 1790 foi um período de intensa agitação jacobina naquele país. (Op. cit., p. 12).

<sup>22</sup> BN, Seção de Manuscritos, I – 1, 4, 17 – fl. 152. Sobre manifestações contra a escravidão manifestas pelo padre Francisco José de Bolonha, 18.06.1794.

<sup>23</sup> AMARAL, Braz do. “A Conspiração Republicana da Bahia de 1798”. In: ACCIOLI, Ignacio. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia, anotadas por Braz do Amaral*. Salvador: Imp. Oficial do Estado, 1931. v. 3.

<sup>24</sup> BN, Seção de Manuscritos, II – 33, 21, 48. Ofício de D. Rodrigo a D. F. José de Portugal, de 02.03.1798.

<sup>25</sup> BN, Seção de Manuscritos, II – 5, 2, 17, doc. 283. Carta de Dom Fernando a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, onde relata sobre as denúncias de francesia, 17.06.1798.

## Referências

---

- AMARAL, Braz do. A Conspiração Republicana da Bahia de 1798. In: ACCIOLI, Ignacio. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia, anotadas por Braz do Amaral*. Salvador: Imp. Oficial do Estado, 1931. v. 3
- \_\_\_\_\_. *Primórdios das sociedades secretas na Bahia*. Salvador: Imp. Oficial, 1929.
- \_\_\_\_\_. *Os confederados do Partido da Liberdade*. Salvador: Imp. Oficial, 1922.
- DIAS, Maria O. Silva. A interiorização da Metrópole (1808-1853). In: MOTTA, C. G. (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- JANCSÓ, Itsvan. *Contradições, tensões e conflitos: a Inconfidência baiana de 1798*. 1975. Tese (Mestrado) – UFF, Rio de Janeiro, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LINCH, John. As origens da Independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 2001.
- MATOSO, Kátia de Queiroz. *Presença francesa no movimento democrático baiano*. Salvador: Itapuã, 1969.
- MATTOS, Florisvaldo. *A comunicação social na Revolução dos Alfaiates*. Salvador: *Estudos Baianos*. Salvador:– Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Publicações, n. 9, 1974
- RUY, Afonso. *A primeira revolução social brasileira*. Salvador: Progresso, 1995.
- TAVARES, Luís Henrique. *História da sedição interna na Bahia de 1798*. São Paulo: Pioneira, Brasília: INL, 1975.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Artigo recebido em setembro de 2006. Aprovado em novembro de 2006.